

A Periferização do Centro

Limitação da responsabilidade a 10%

José Aguiar | Arquitecto



uma imagem de propaganda a um empreendimento (mal)dito de reabilitação, num quarteirão (das Cardosas) no “Centro Histórico” do Porto, vê-se um reluzente *Audi* que parece flutuar sobre um brilhante piso autonivelado em *epoxy*, ao lado de alvenarias de granito que quase parecem autênticas, enquadradas por uma gigantesca viga metálica encastrada num moderno, redondo e branco pilar de betão, ao fundo uma fiada de vãos de sacada abre-se sobre uma rua antiga onde parece ainda haver vizinhos. Um suave perfume de (alta) burguesia inunda a composição mas, num repente, ocorre-me que antes deste *Audi* viveram ali famílias e a coisa perde toda a graça: houve gente, onde hoje a propaganda mostra automóveis de luxo a morar!

A ideologia transcrita por esta fortíssima imagem ilustra bem o sentido dos nossos actuais processos – que me parecem tão pouco democráticos – de segregação urbana, propostos por um falido “urbanismo neoliberal de antes da crise”, como o definiu Alain Bourdain.

A genial ideia era aproveitar alguns vazios urbanos, algumas capacidades de densificação, para conseguir mais-valias e com elas “reabilitar” casas para os que não tinham recursos. Na realidade, o que sucedeu: utilizaram-se recursos extraordinários do Estado, construíram-se capacidades legais drásticas e expeditas de intervenção – as que permitem expropriar proprietários sempre que convenha a uma empresa de reabilitação urbana (as ditas “SRU’s”) – gastou-se tanto em estudos, planeamento, projectos, e o que realmente se fez parece ser o absolutamente inverso do desejável para uma conservação urbana íntegra e baseada em princípios de justiça social.

Numa conferência, a convite do ICOMOS-Portugal (“*Do Património Mundial ao Património Local: A Cidade e o Território em mudança: o lugar do Património*”, nas comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios), o professor e arquitecto Nuno Grande chamou ao multiplicar destas operações “A Periferização do Centro”!

Os agentes que construíram a confusão das nossas periferias reconvertem-se rapidamente em “reabilitadores” e exportam os seus desapropriados modelos de promoção imobiliária e de construção nova e massiva para os núcleos urbanos históricos! Condomínios, *duplex* e excessos de garagens ocupam lotes góticos centrais que, obviamente, têm de ser desmembrados para suportar a obesidade destes novos programas. Para quê saber consolidar e restaurar, projectar com intrusão mínima e compatibilidade máxima, falar de “autenticidade”... quando se faz, com total cumplicidade política, o mesmo de sempre: deitar abaixo e fazer de novo (agora a parecer antigo)?

O caso das Cardosas, no interior da área inscrita na lista do Património da Humanidade (obrigada, pela Lei-Quadro do Património, a ser considerada como um verdadeiro Monumento Nacional), é bem representativo deste novo fenómeno imobiliário e está a tornar-se num caso de estudo que merece toda a nossa atenção, mesmo porque se apresenta como um modelo referencial para o futuro (SIC!). Um quarteirão inteiro, central, excepcionalmente bem servido de transportes públicos – metro, autocarros à porta, estação de São Bento a dois passos – é esventrado, as parcelas fundiárias são anexadas em unidades maiores, as alvenarias portantes substituídas pelo betão e pelo aço; aproveita-se ainda para instalar um hotel, também de “gama alta” no edifício das Cardosas, com fachada para a Praça (dita) da Liberdade e recheia-se o interior de vastos estacionamento (SIC!). Mudanças radicais impostas para servir as exigências de uma nova clientela, que procura vastas habitações “topo-de-gama”.

Em vez de uma reabilitação integrada e cautelosa (justificada pelo valor da coisa), propõem-nos uma renovação substitutiva, pesada, massiva e fachadista, baseada em emparcelamentos cadastrais sistemáticos (com brutais alterações morfológicas), anexando edifícios que anteriormente eram autónomos, transformando numa única grande habitação diversas outras casas autónomas, e tudo isto assente em

demolições massivas de elementos originais, numa área extremamente sensível, onde persistiam importantes restos arqueológicos urbanos, incluindo o antigo Convento dos Lóios do séc. XV (entretanto desmantelados).

O processo, que é uma pérola administrativa, inclui, entre outros dramas legais, decisões de não aprovação, fundamentadas em sólidos pareceres técnicos (redigidos pela Direcção Regional de Cultura) depois circuitados por aprovações políticas (que urge seriamente investigar).

E tudo isto ocorre na cidade onde, com o inovador estudo de Távora para o Barredo – nos finais dos anos 60 do séc. XX, depois continuado operacionalmente por décadas de actuação do desmantelado Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB) –, nasceu o conceito, em seguida rapidamente internacionalizado, de uma reabilitação urbana integrada, tão cautelosa com as gentes como com as pedras!

A intervenção das Cardosas, desenvolvida de acordo com uma metodologia urbana totalmente ultrapassada, traduziu-se numa grave afectação, com perda de valores de autenticidade e de integridade do Património urbano do Porto, reduzindo o seu valor excepcional que justificou a sua inscrição na Lista do Património Mundial, diz o ICOMOS – Portugal.

A rápida análise e toda a atenção nacional e internacional (da UNESCO) sobre este caso e suas consequências patrimoniais é particularmente vital, para que não se repitam estas formas, tão desadequadas, de intervir em tecidos urbanos antigos de grande valor cultural, no exacto tempo em que a “reabilitação” se anuncia como oportunidade milagreira e inunda todos os discursos políticos (que soam cada vez mais a uma terrível e frustrante mentira).

Mais terramotos como as Cardosas?
Não obrigado! ■